

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CHARLES BEZERRA DE ARAÚJO

**TRATAMENTO PENAL: UMA PROPOSTA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO SERIDÓ- PES**

CURITIBA/PR.  
2011

CHARLES BEZERRA DE ARAÚJO

**TRATAMENTO PENAL: UMA PROPOSTA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO SERIDÓ- PES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Msc. Ariana Chagas Gerzson Knoll

CURITIBA/PR.  
2011

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso, a minha esposa, Francisca Gomes da Silva, que me propiciou muitos momentos de felicidade, alegria e amor. A minha filha, Maria Leticia, que me presenteou com a paternidade. E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, acreditaram e me incentivaram a correr atrás dos meus ideais.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao nosso Senhor Deus, todo poderoso, que sempre me fortaleceu diante de vários obstáculos da vida.

Aos familiares que direta ou indiretamente incentivaram na realização de mais uma conquista.

À orientadora Ariana, pelo apoio e colaboração durante a execução do trabalho.

Aos colegas de trabalho da Penitenciária Estadual do Seridó - PES pela colaboração e a todos os servidores desta unidade prisional.

“... a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.”

DELORS, Jacques. **Relatório: Educação, Um Tesouro a Descobrir** – UNESCO – 2003.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo propor aos Agentes Penitenciários, lotados na Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó/RN, um curso na modalidade à distância com a temática “Tratamento Penal”. Tal proposta surge da necessidade de aprimorar os conhecimentos teóricos e práticos daqueles servidores, de forma continuada, com vistas à humanização do sistema penitenciário frente aos encarcerados, e às pessoas nas quais se relacionem. Visto que, aqueles funcionários estão inseridos numa condição geográfica dispersa, e ao mesmo tempo, influenciados pelo fenômeno da “prisionização”, tornando-se assim vítimas de um processo falido e desestruturado. Que, se inicia, contextualizando a educação a distância em 03 gerações: ensino por correspondência, ensino multimídia e teleconferência, e aulas virtuais com utilização da internet. Em seguida, faz-se um panorama de suas características, suas abordagens, e de seus modelos, bem como de sua regulamentação no Brasil. E, ainda, faz um resgate histórico da evolução das penas ao tratamento penal, relatando a situação existente na Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó/RN. A pesquisa também mostra como é feito um planejamento de um curso na modalidade à distância (abordagem bibliográfica, estudo de campo, delimitação, descrição dos instrumentos e fontes escolhidas para a coleta de dados, aplicabilidade de um questionário semi-estruturado, e elaboração de ficha técnica do curso). Assim como, aponta os principais autores bibliográficos usados, como: Moran (2007 A, 2007 D), Aretio (2001), Moore e Kearsley (2007), Jaques Delors (2003), Moraes (2008), Suely Scherer (2010), Landim (1997), Valente (2009), Sá (2004, pág.23 a 29), Canto, apud Silva (2003, p. 10), Ferreira (s/d, p. 20), Oliveira, citado em Silva (2003, p.13), Barata (1999), Ferri (1923), Oliveira (1996), Silva (2003, p.47), Miotto (1986), Leal (2001), Goffman (1988), Muakad (1998), Prudêncio (2010). Descreve sua estrutura metodológica - que é o estudo de campo, embasado pela autora Prudêncio (2010, p.41). Discrimina a aplicabilidade de um questionário semi-estruturado com 10 questões, há 08 servidores penitenciários, lotados naquela unidade prisional. Enfim, este trabalho ratifica que deve ser priorizada para o Agente de Segurança Penitenciária, a capacitação profissional na modalidade à distância.

**Palavras- chaves:** Educação a Distância – Tratamento Penal – Capacitação Profissional.

## ABSTRACT

Work Completed This Course aims to propose to the prison guards, stationed in the State Penitentiary Seridó in Caicó / RN, a course in the distance to the subject Criminal Treatment. This proposal arises from the need to improve the theoretical and practical knowledge of those servers, so continued with a view to humanizing the prison system ahead of the incarcerated, and those in which they relate. Since those workers are embedded in a dispersed geographical condition, while influenced by the phenomenon of prisonização, thus becoming victims of a failed process and unstructured. That begins, contextualizing the distance education in 03 generations, correspondence education, educational multimedia and teleconferencing, and Internet-based virtual classrooms. Then make a panorama of its characteristics, approaches, and their models as well as its regulation in Brazil. And, yet, make a historicizing of the evolution of criminal punishment to treatment, reporting the situation in the State Penitentiary Seridó in Caicó / RN. The survey also shows how planning is done a course in the distance (approach literature, field study, definition, description and sources of the instruments chosen for the collection of data, applicability of a semi-structured questionnaire, and elaboration of form technical progress). Like, the main points bibliographic authors used, they are: Moran (2007, 2007 D), Aretio (2001), Moore and Kearsley (2007), Jacques Delors (2003), Moraes (2008), Suely Scherer (2010) , Landim (1997), Valente (2009), Sa (2004, page 23 to 29), Corner, apud Silva (2003, p. 10), Ferreira (n / d, p. 20), Oliveira, quoted in Silva (2003, p.13), Roach (1999), Ferri (1923), Oliveira (1996), Silva (2003, p.47), Miotto (1986), Leal (2001), Goffman (1988), Muakad (1998 ), Prudence (2010). He describes his methodological framework - which is the field study, based by the author Prudencio (2010, p.41). Discriminates the applicability of a semi-structured questionnaire with 10 questions, there are 08 prison officers, stationed at the prison unit. Finally, this study confirms that must be prioritized to the Security Agent Penitentiary, professional training in the distance.

**Keywords:** Distance Education - Criminal Treatment - Professional Training.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PRESENCIAL.....</b>	<b>16</b>
<b>GRÁFICO 1 – FAIXA ETÁRIA DO PÚBLICO-ALVO.....</b>	<b>29</b>
<b>GRÁFICO 2 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO PÚBLICO-ALVO.....</b>	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 3 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ONDE RESIDEM OS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 4 – DISPONIBILIDADE DE HORAS/AULAS DOS ENTREVISTADOS....</b>	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 5 – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE CONSEGUEM ESTUDAR SOZINHOS OU NÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>GRÁFICO 6 – RELAÇÃO DOS CARGOS E DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>34</b>
<b>GRÁFICO 7 – OBJETIVOS DOS ENTREVISTADOS EM PARTICIPAR DE CURSO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 8 – LOCAIS DE ACESSO À TECNOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 9 – NÍVEL DE HABILIDADE PARA O USO DE RECURSOS E MEIOS TECNOLÓGICOS.....</b>	<b>37</b>
<b>GRÁFICO 10 – NÍVEL DE ACEITABILIDADE DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO A DISTÂNCIA COM A TEMÁTICA “TRATAMENTO PENAL”.....</b>	<b>38</b>

## LISTA DE SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CD-ROM	Compact Disc Read-Only Memory
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EaD	Educação a Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LED	Laboratório de Ensino a Distância
LEP	Lei de Execução Penal
MEB	Movimento Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MJ	Ministério da Justiça
ONU	Organização das Nações Unidas
PES	Penitenciária Estadual do Seridó
PSF	Programa Saúde da Família
SACI	Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares
SEJUC	Secretaria de Estado, de Justiça, do Trabalho, e da Cidadania
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
TIC	Tecnologia de Informação e de Comunicação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
WWW	World Wide Web

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>13</b>
<b>3. DA EVOLUÇÃO DAS PENAS AO TRATAMENTO PENAL.....</b>	<b>20</b>
<b>4. ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>5. PLANEJAMENTO DO CURSO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>39</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta do curso a distância tem por finalidade adequar a formação progressiva e dinâmica dos Servidores da Penitenciária Estadual do Seridó – PES, em Caicó-RN, baseada no desenvolvimento e na garantia de qualificação, na valorização, no desempenho das funções, no aperfeiçoamento e na capacitação profissional, como também na progressão continuada das atividades do agente penitenciário frente à realidade atual, enquadrando-se aos parâmetros norteados pelo Plano Nacional de Segurança Pública, cuja origem se traduz na Matriz Curricular Nacional. Não descartando, as parcerias entre as instituições públicas e/ou privadas em lançar de comum acordo os recursos necessários a realização deste curso de Capacitação. Textualmente, a Matriz Curricular Nacional do ano de 2009 dispõe que em um quadro de mudanças permanentes numa dada sociedade a educação como um todo “ destaca-se como processo de compreensão do contexto e de construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes para agir sobre o presente e o futuro”.

Em relação ao processo de formação, capacitação e desenvolvimento dos profissionais de segurança penitenciária não poderiam ser diferentes; pois os mesmos estão atrelados à eficácia e à efetividade organizacional; e o investimento no capital humano e na valorização profissional se torna imprescindível para a superação dos desafios existentes.

Dessa forma, é indiscutível a motivação como ferramenta indispensável para uma resposta concreta e de excelência ao Agente de Segurança Penitenciária, frente às realidades do cotidiano, principalmente quando as pesquisas de opinião, realizadas com os agentes lotados nesta unidade prisional, destaca que, noventa e cinco por cento<sup>1</sup>, enfatizam a importância da qualificação profissional como fundamental para uma boa qualidade de vida do agente penitenciário, assim como para sua saúde física e psíquica.

Há de se indagar, no entanto, qual o estímulo desses agentes, levando-se em conta que na referida classe, não foi disponibilizado nenhum curso específico que trate, exclusivamente, da temática de Tratamento Penal, e que depois de

---

<sup>1</sup> Pesquisa de Opinião realizada pela Agente Penitenciária Francisca Gomes da Silva no ano de 2009 com os Agentes Penitenciários lotados na Penitenciária Estadual do Seridó, na cidade de Caicó - RN.

transcorrido o curso de formação, realizado há oito anos, os servidores só participaram de pelo menos quatro cursos de capacitação. Sendo assim, não existiu durante esses oito anos um avanço contínuo e efetivo no plano de capacitação profissional para a área de Tratamento Penal.

Então, partindo desse contexto, é que surge o seguinte questionamento: Qual o nível de aceitabilidade, existente entre os Agentes Penitenciários lotados na Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó – RN, em relação à implantação de um curso na modalidade à distância, que aborde o tema Tratamento Penal?

Para isso, percebe-se a necessidade de investigar e de coletar dados, através de um estudo de campo, com a aplicação de um questionário semi-estruturado e o preenchimento de uma ficha técnica.

Em seguida, observa-se também a importância de se planejar um curso na modalidade à distância, a fim de que não haja inviabilidade do projeto político pedagógico.

Enfim, a presente proposta tem como objetivo geral criar um curso na modalidade à distância com a temática “Tratamento Penal” destinado aos Agentes Penitenciários, lotados na Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó – RN, que contribua tanto para o processo de reintegração social das pessoas presas, quanto para a qualificação profissional continuada do servidor, ou seja, o Agente de Segurança Prisional.

## 2. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EaD

Inicialmente, com o crescimento explosivo da Internet, da comunicação e do reconhecimento do potencial da rede em atuar na globalização e fornecimento de informações para pacientes e profissionais da saúde, o interesse nos computadores e a sua influência na sociedade cresceram de forma acentuada, exigindo que outras áreas específicas, como a educação e a segurança, por exemplo, se adéquem a essas novas modificações.

Nesse sentido, MORAN (2007 A, p.145), informa que a educação também será diferente nessa “sociedade conectada”, onde “a aprendizagem será a essência da nossa sociedade: aprender a conhecer, a sentir, a comunicar-se, a equilibrar o individual e o social”.

Assim, cabe-nos refletir também sobre o impacto da utilização dos computadores para capacitação dos profissionais de Segurança Penitenciária e repensar sobre os tópicos presentes ao contexto diário desses profissionais amplamente influenciados por essas máquinas. Nesse aspecto MORAN, (2007 A, p.147), argumenta que há uma diversidade de cursos:

“cada vez mais personalizados, mais adaptados a cada aluno ou grupo de alunos. Cursos com materiais audiovisuais e atividades bem planejadas e produzidas e que, depois, são oferecidos no ritmo de cada aluno, sob a supervisão de um professor orientador ou de uma pequena equipe, que coloca esse aluno em contato com grupos em estágios semelhantes”.

Vale salientar, ainda, que a Rede Nacional de EaD, criada em 2005 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em parceria com a Academia Nacional de Polícia e o Ministério da Justiça, apesar de valorizar o profissional de Segurança Pública com a prática de 60 cursos<sup>2</sup> dos mais variados temas e na modalidade a distância, não dispõe de um curso com a temática “Tratamento Penal”.

Portanto, a formação desses profissionais é um tópico a ser discutido, e a adequada incorporação das novas tecnologias em conformidade com a realidade do aluno é a essência para uma aprendizagem significativa, através dos cursos de capacitação, que, conseqüentemente, haverá influência tanto na vida prática como na atuação profissional.

---

<sup>2</sup> A quantidade e a descrição dos cursos na modalidade à distância, promovidos pela Senasp, estão disponíveis no site [www.mj.gov.br/ead](http://www.mj.gov.br/ead).

Dessa forma, realizar-se-á neste capítulo uma abordagem panorâmica dos aspectos inerentes à modalidade de EaD, tais como: o contexto histórico, as características, as abordagens e os modelos, e a sua regulamentação.

No que se refere ao seu contexto histórico, verifica-se que a história da Educação a Distância, segundo as concepções de Aretio (2001), Moore e Kearsley (2007), tem sua gênese associada ao surgimento da imprensa. E relacionado aos avanços da tecnologia, sobretudo da comunicação, a educação a distância passa ao longo dos anos por reformulações advindas do surgimento de novas tecnologias principalmente de comunicação. Nesse sentido podemos dividir sua evolução em três etapas: o ensino por correspondência, o ensino multimídia e teleconferência, e aulas virtuais baseadas na internet.

- **ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA - 1ª GERAÇÃO**

Abrangeu o início do Século XVIII, com o anúncio da taquigrafia na Gazeta de Boston em 20 de março de 1728, ministradas por Caleb Philips. E estendeu-se até a metade do Século XX, com o lançamento do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, no Brasil. Destacaram-se nessa mesma etapa, outros eventos importantes: na Suécia, na Grã-Bretânia, em Boston, na Áustria, na Alemanha e no Brasil, com o início das Escolas Internacionais e a criação do Instituto Monitor.

- **ENSINO MULTIMÍDIA E TELECONFERÊNCIA – 2ª GERAÇÃO**

Com o desenvolvimento de novas tecnologias como o rádio, a televisão, e o telefone, surgiu a 2ª geração, que se destacou no início do Século XX, em 1921, com a primeira autorização para uma emissora educativa: a Latter Day Saints' da University of Salt Lake City. E prevaleceu até o final do Século XX, em 2000, com a reestruturação do Telecurso 2º Grau para o Telecurso 2000, no Brasil. Ocorreram também nesse período outros acontecimentos de grande relevância, sendo: no Mundo a State University of Iowa oferecia seus cursos, por rádios, validando 05 créditos, a Western Reserve University foi a primeira Universidade que ofereceu cursos, valendo créditos, com o uso da televisão, a Universidade Aberta da Grã-Bretânia – a Open University, a Fern Universität da Alemanha, e a UNED da

Espanha, criaram cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância; e no Brasil a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a criação das escolas radiofônicas promovidas pelo Movimento Educação de Base (MEB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Universidade de Brasília (UNB), a TVE do Ceará, que oferecia a TV Escolar e o Projeto SACI (Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares), o programa TV Escola, e a Universidade de Santa Catarina (UFSC), que por meio do Laboratório de Ensino a Distância (LED), ofereceu o primeiro Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, usando a tecnologia das videoconferências.

- **AULAS VIRTUAIS BASEADAS NA INTERNET – 3ª GERAÇÃO**

Uma das etapas importantes da EaD que emergiu a partir do Século XX com destaque em 1993 para a criação da internet e do primeiro navegador WEB ou WWW (Word Wide Web – que em português, significa “Rede de Alcance Mundial”). Essa etapa é predominante nos dias atuais, e notadamente, a principal característica é a utilização de tecnologias da informação e comunicação com destaque para o uso do computador e da internet que possibilitam um amplo processo de interação entre professor e aluno. Associados a esse contexto, ressalta-se ainda:

Em 1990, surge a geração de Ensino por Internet; em 1995, ocorreu na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), através do Núcleo de Educação Aberta e a Distância do Instituto de Educação, oferece o curso de licenciatura em educação, habilitação em séries iniciais; e entre 2003 e 2006, o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, os cursos superiores a distância passaram de 52 para 349.

No tocante às características da EaD, percebe-se que de acordo com os avanços tecnológicos e culturais de cada momento, as suas características vêm se firmando de forma gradativa no contexto do indivíduos letrados e especializados no ramo da tecnologia internética, e contribuindo para a transformação do método de ensino convencional. Para isso, surge uma nova perspectiva de interação, criando espaços e métodos construtivos, além das escolas, buscando serviços através da participação mútua de todos os envolvidos, que respondam às demandas dos conhecimentos disponíveis na rede interligada de computadores. E que se fortalece

ainda mais com o relato de Jaques Delors (2003), onde o próprio aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento, a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda a vida, fundamentada em quatro pilares do conhecimento e da formação continuada, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com os outros e aprender a ser.

Nesse sentido, os estudos realizados por Moraes (2008), apontam várias características importantes, tais quais: democratização, individualização, autonomia, dialogicidade, socialização, abertura, educação permanente, flexibilidade e construcionismo contextualizado.

Vejamos o quadro<sup>3</sup> a seguir:

Características	Modalidades de Educação	
	A distância	Presencial
Democratização	Professores e alunos podem ficar separados por uma diferença temporal e espacial.	Restringe-se à sala de aula e em horários determinados pela instituição.
Individualização	O professor ou tutor pode dar atenção singular a cada estudante, no tempo e espaço de estudo selecionado pelo estudante.	A atenção dada ao aluno pelo professor é limitada e condicionada ao espaço e tempo pré-estabelecido pela instituição.
Autonomia	Sujeito ativo de aprendizagem (os alunos escolhem os melhores horários e locais para desenvolver os estudos).	Sujeito passivo de aprendizagem (a capacidade de organizar as idéias e usar os conhecimentos está limitada)
Dialogicidade	O diálogo e a	Ocorre na sala e com

<sup>3</sup> O quadro das características e das modalidades de educação a distância foi construído a partir das idéias disponíveis na apostila de Organização Pedagógica em EaD, elaborada por Suely Scherer (2010) e dos estudos realizados por Landim (1997), Oliveira (2001) e Moraes (2008).

	compreensão entre professores e alunos ocorrem em ambientes virtuais.	recursos limitados.
Socialização	Comunicação simultânea entre grandes grupos de estudantes, tanto em espaços presenciais quanto virtuais.	Comunicação unidirecional entre grupos isolados de estudantes e em espaços presenciais.
Abertura	Público-Alvo mais abrangente no tempo e espaço.	Público-Alvo menos abrangente no tempo e no espaço.
Educação Permanente	Formação continuada: profissional, social e cultural independente de tempo e espaço.	Formação continuada com limitações espaciais e temporais.
Flexibilidade	Mais adequado ao aluno.	Menos adequado ao aluno.
Construcionismo Contextualizado	Sugere estudos que abordem contextos da realidade da pessoa e do local, independente do professor.	Há participação subjetiva do professor na abordagem dos estudos.

No que tange às abordagens e os modelos da EaD, o autor Valente (2009) relata que há duas grandes abordagens de EaD, baseadas na presença ou não de interação entre aluno e professor, usando (TIC's) tecnologias de informação e comunicação. São elas: a broadcast que usa meios tecnológicos para enviar a informação ao aprendiz e não tem nenhuma interação entre o professor e o aluno; e o "estar junto virtual", que prevê alto grau de interação entre professor e aprendiz, que estão em espaços diferentes, porém interagindo via internet.

Já o autor Moran (2007) comenta que existem no Brasil vários modelos de EaD, relacionados ao processo de aprendizado. São eles: o das aulas por teleconferências ou teleaulas, o das aulas por videoconferências, o da aula gravada e tutoria, o da educação on-line centrado em conteúdos, o da educação on-line centrado na combinação de atividades, os que se baseiam no material impresso e usam a internet como apoio à tutoria, e os que são baseados na tecnologia móvel, como telefones celulares e outros recursos.

E, por último, a regulamentação da EaD no Brasil que segundo a autora Suely Scherer (2010, p.27) relata que teve várias transformações importantes, tais como: a criação da Lei nº 5.692, a edição do Decreto nº 1.237, a promulgação da Lei nº 9.394 (LDB), e as criações dos Decretos nº 2.494, nº 5.622 e nº 5.800.

Com relação à Lei nº 5.692 criada em 1971, apesar de ainda estar marcado por um período de descontinuidade, exclusão, hierarquização e autoritarismo, teve o seu registro histórico de relevância, pois tinha como objetivo principal, levar mensagens pedagógicas aos contingentes desfavoráveis da sociedade brasileira, através da utilização do rádio, da TV e da correspondência.

Logo após algumas décadas, em 1994, ocorreu a edição do Decreto nº 1.237, que criou o Sistema Nacional de Educação a Distância e a Coordenadoria de EaD/MEC.

Em seguida, veio a promulgação da Lei nº 9.394, a partir de 20 de dezembro de 1996, que além de legalizar o ensino a distância, concedeu certificação com o mesmo valor que do ensino presencial. Outro ponto marcante dessa lei foi o art.80 que incentivou o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Já o decreto nº 2.494 de 1998, regulamentou a LDB e detalhou mais os seus processos, indicando como devia ser o credenciamento para oferta de cursos, os requisitos para fazer matrícula dos alunos, a avaliação de aprendizagem, dentre outros. De acordo com o Art. 2º do Decreto n.º 2494/98,

os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (...).

Assim, as propostas de cursos nestes níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de

instituições e autorização de cursos – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

No caso de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC, solicitando, para isto, a autorização para cada curso que pretenda oferecer.

Já com relação aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, chamados de "especialização", até recentemente, eram considerados livres, ou seja, independentes de autorização para funcionamento por parte do MEC. Porém, com o Parecer n.º 908/98 (aprovado em 02/12/98) e a Resolução nº 3 (de 05/10/99) da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, passaram a fixar condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização, e tornou-se necessária a regulamentação de tais cursos na modalidade à distância.

E, por fim, vêm os programas de mestrado e doutorado na modalidade à distância, que ainda é objeto de regulamentação específica no Brasil.

Dando continuidade, surgiu o decreto nº 5.622 de 19 de dezembro 2005, que revogou o decreto anterior, ampliou a compreensão da modalidade de Ead, e tratou de suas especificidades como a obrigatoriedade de momentos presenciais para avaliações, estágios, defesas e atividades em laboratórios; a necessidade de criação de pólos presenciais; e a prevalência dos resultados de avaliação presenciais sobre os demais resultados da avaliação.

E, por último, eclodiu mais outro instrumento normativo, o decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006, que de acordo com Suely Scherer (2010, p.27) oficializou a Universidade Aberta do Brasil, destacando a articulação e a integração de instituições de ensino público superior, dos Municípios e dos Estados, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino público no país.

### 3. DA EVOLUÇÃO DAS PENAS AO TRATAMENTO PENAL

De acordo com as concepções de Sá (2004, pág.23 a 29) pode-se classificar a pena em quatro períodos de evolução: Vingança Privada, Divina, Pública e Humanitária. Vale salientar que esses períodos não ocorrem de forma linear no tempo, mas coexistiram uns com os outros.

A Vingança Privada e a Divina foram às práticas mais comuns na antiguidade. A Vingança Privada foi à primeira concepção da pena, onde a prática de delitos se cometida contra determinada pessoa, ocorria uma reação dos familiares da vítima que não só atingia o infrator, mas todos os parentes deste a ponto de dizimá-los. Tal período caracteriza-se como sendo uma reação natural e instintiva, constituindo-se apenas numa realidade sociológica e não juridicamente institucional. Mesmo nessa época a pena evolui quando se institucionalizava pena mais moderada denominada de Talião e Composição. Segundo Canto citado por Silva (2003, p. 10), a primeira lei, Talião, “consistia em aplicar no delinquente ou ofensor o mal que ele causou ao ofendido, na mesma proporção”. Na segunda, a da composição, “o ofensor comprava sua liberdade, com dinheiro, gado, armas”.

A fase da vingança Divina fundamenta-se em princípios religiosos. Todo delito praticado era uma ofensa aos deuses e toda a sociedade era punida. Ainda sobre essa fase, Ferreira (s/d, p. 20) nos diz que “na Antiguidade a vida do homem em geral era regrada pelo religioso, muitas das coerções aplicadas se justificavam na forma de espíritos que desagradavam aos deuses e ao convívio social”. A fase da vingança pública, prática mais comum no contexto Medieval, período em que o Estado se fortalece ficando sob sua responsabilidade e exclusividade, há aplicabilidade da pena sob o título de “Jus puniendi”<sup>4</sup>, desempenhando assim um caráter político sobre o indivíduo penalizado. Embora a pena configure-se nesse contexto como dever jurídico, a punição ainda era desproporcional ao delito e aplicada com muita crueldade, que na maioria das vezes executava-se em praça pública, configurando-se em um verdadeiro espetáculo de horror e prazer com os sofrimentos dos outros.

---

<sup>4</sup> Somente o Estado pode punir

Prossegue Ferreira (Op. Cit., p. 20), caracterizando essa fase:

Na idade Média, alguns espetáculos de agrado popular como: amputação dos membros, forca, roda e a guilhotina, faziam com que os penalizados angustiassem suas dores servindo como modelo punitivo para toda a sociedade.

E, por último, a fase humanitária da pena que se ascende na metade do século XVIII, a partir de movimentos de protesto constituídos por juristas, políticos, filósofos contra tanto barbarismo disfarçado. Nesse contexto destaca-se o marquês de Beccaria<sup>5</sup> que publica sua obra *Dos Delitos e das Penas* e outros nomes tais como: Marat<sup>6</sup> e Voltaire<sup>7</sup> sendo referenciais que perduram até a atualidade. Segundo Oliveira, citado em Silva (2003, p.13):

Os princípios básicos pregados pelo jovem aristocrata de Milão (Beccaria) firmaram o alicerce do Direito Penal moderno, e muitos desses princípios foram, até mesmo, adotados pela declaração dos Direitos do homem, da revolução Francesa. Segundo ele, deveria ser vedado ao magistrado aplicar penas não previstas em lei.

Tais ideais publicados no Livro de Beccaria foram referenciais até hoje, e a partir desse período, muitos países deixaram de vigorar a pena capital e adotaram a Prática da pena privativa de liberdade. Esta por sua vez, foi inspirada na prisão celular surgida no século V com a igreja, cujo objetivo era punir o clérigo faltoso em uma cela, para que o mesmo refletisse sobre seu erro.

Com o advento da concepção humanitária da pena, surge o Tratamento Penal - que apesar de ter sido considerado um avanço na pena privativa de liberdade, ainda não consegue mudar de forma eficaz a realidade das prisões, pois continuam apresentando más condições de higiene, de moralidade, e de postura ética. E a própria Lei de Execuções Penais (nº 7210/84) que tem por sua natureza um caráter retributivo e ressocializador, é embasada na Criminologia Clínica, e também demonstra a existência de uma evolução na história da aplicação de penas, porém com uma necessidade urgente de mudanças.

---

<sup>5</sup> Criminalista e economista italiano, cujo livro *Dos Delitos e das Penas*, escrito em 1763, foi um marco na história da justiça penal.

<sup>6</sup> Líder revolucionário francês, médico formado em Londres, no ano de 1775, quando publicou o *Ensaio Filosófico sobre o Homem*.

<sup>7</sup> François-Marie Arouet mais conhecido pelo pseudônimo **Voltaire**, foi um poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês.

A partir das idéias de Barata (1999), pode-se inferir que o Estado depositava criminosos, doentes mentais, e deserdados de todas as espécies. Para o referido autor, com o surgimento da psiquiatria forense, pôde-se fazer uma separação entre as prisões, os hospícios e os manicômios. E conseqüentemente, as penas passaram a funcionar como uma forma de controle social. Só que, devido à falta de infraestrutura e de políticas públicas, as prisões se tornaram uma forma de violência institucionalizada, que ao contrário do que se propõe, aumenta o número de reincidência.

A Lei de Execução Penal Brasileira nº 7210/84, fundamenta o tratamento penitenciário na conservação da vida e da saúde do recluso garantida por meio das assistências: alimentação, assistência médica e visam evitar a ação corruptora das prisões. Outro fundamento da LEP são as assistências educativas. Pois, estas pretendem influir positivamente sobre a personalidade do recluso e modelá-la, nas quais podemos identificá-las como: os clássicos de instrução e de educação, formação profissional, assistência psiquiátrica, e assistência religiosa

Já com relação às Regras Mínimas para o Tratamento do Preso da ONU (Brasília, 1994) prevê-se que o tratamento dos condenados a uma pena privativa de liberdade deve ter como objeto, à medida que a duração da pena o permita, inculcá-los a vontade de viver na observação da lei, sustentando-se do produto de seu trabalho, e criar nessas pessoas a aptidão para esse mister.

Na regra nº 05 (Brasília, 1994) o tratamento deverá dirigir-se no sentido de promover nos condenados ao desenvolvimento do respeito próprio e no sentido de responsabilidades inerentes ao seu convívio pessoal e social.

De acordo com as concepções de Ferri (1923) “o criminoso deveria receber uma classificação antropológica, oscilando entre “criminosos menores, loucos, natos, ocasionais, habituais e reincidentes”. Para OLIVEIRA (1996, p.31),

“o tratamento penal deve iniciar com a prisão, quando devem ser levantadas as causas que levaram aquele indivíduo à prática de um determinado delito, evitando com isso, o encarceramento e a fomentação de uma ação criminógena”.

Dessa forma, faz-se necessário que cada Estado disponha de um centro de observação e Triagem Criminológica, composto por uma equipe técnica: psiquiatra, criminólogo, assistente social, psicólogo, dentre outros. Tais profissionais serão

responsáveis pelo delineamento do perfil do privado de liberdade, aplicando, individualmente, o tratamento penal adequado a cada personalidade.

Após a indicação do tratamento penal, a equipe técnica de classificação encaminhará o prontuário e os indicativos de tratamento penal a instituição da qual receberá o indivíduo privado de sua liberdade.

A equipe técnica também fica responsável pela execução e avaliação do tratamento até que o privado de liberdade adquira o direito aos benefícios da pena. Tal avaliação será encaminhada ao juiz de execução, bem como ao Ministério Público, com as devidas fundamentações.

Dando continuidade, este capítulo abordar-se-á o Tratamento Penal existente na Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó – RN, bem como o perfil dos Agentes Penitenciários, lotados naquela unidade prisional.

Inicialmente, ratifica-se a presença de deficiência infra-estrutural tanto na Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó – RN, quanto nas prisões do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que não dispõem de um Centro de Observação, nem de uma equipe técnica de classificação, conforme prevê a Lei de Execução Penal. Assim, quando o privado de liberdade adentra ao presídio, é conduzido a um pavilhão de isolamento por um período de oito dias, não havendo, portanto, nenhum acompanhamento no decorrer do cumprimento da pena.

Em seguida, observa-se a predominância de um regime interno que regulamenta as regras mínimas e a disciplina das pessoas presas.

Outros pontos a serem considerados, são as assistências que a Penitenciária Estadual do Seridó oferece aos apenados tais quais: alimentação, saúde, trabalho, apoio jurídico, religião e educação.

A assistência alimentícia é feita no próprio presídio, na cozinha industrial, e é distribuída em 03 horários para os apenados.

Com relação ao atendimento à saúde, a Penitenciária Estadual do Seridó, assim como o Sistema Penitenciário do RN, não dispõem de profissionais de saúde no quadro funcional, nem tão pouco o Plano de Cargos e Carreiras. Portanto, o atendimento odontológico e as consultas são realizadas no PSF (Programa Saúde da Família) e hospitais da cidade, respectivamente. A grande dificuldade encontrada, refere-se à locomoção do privado de liberdade, visto que não é suficiente a quantidade de transporte para conduzi-los, bem como o número de

servidores para custodiá-los. E, na maioria das vezes, há choque de horário tanto para o atendimento hospitalar quanto para a assistência judiciária (audiências).

No que diz respeito ao trabalho, o presídio dispõe das seguintes atividades: faxina, cozinha, copa dos agentes e policiais, biblioteca, confecção de bolas, reciclagem de cartucho, mensageiro e cantina.

Em se tratando do apoio jurídico, registra-se que há pelo menos um mutirão por ano, englobando a Vara de Execução Penal da Comarca de Caicó/RN, e demais parceiros (OAB, UFRN).

No tocante à assistência religiosa, todas as quintas e domingos, ocorrem cultos evangélicos. Quanto à igreja católica, mensalmente, ocorre uma celebração, e semanalmente um estudo bíblico. Para SILVA (2003, p.47), a religião compreende um dos principais valores, dos quais serão resgatados por meio da educação. Para Sheller apud Silva,

“os valores deveriam ser por ordem de importância: religiosos, éticos, estéticos, vitais, úteis, econômicos e hedônicos. Entretanto, o que se observa é uma inversão, já que os valores econômicos (que são os que mais se destacam) estão a serviço dos hedônicos. Os valores úteis (sem os quais nós viveríamos, como por exemplo a roupa) em alguns momentos substituem os vitais (alimentação, etc). Os valores éticos praticamente foram esquecidos dentro do contexto político, e assim por diante...”.

E, por fim, vêm as atividades educacionais, nas quais abrangem o projeto RN Caminhando, com turma de alfabetização e 2º período, e vínculo escolar com a Escola Centro de Educação de Jovens e Adultos – Senador Guerra. E o Projeto Educando para a Liberdade, com turmas de 4º; 5º e ensino médio, e parceria com 10º Dired de Caicó – RN e a Secretaria Estadual de Educação.

Já com relação ao perfil dos Agentes Penitenciários, obtiveram-se as seguintes informações:

A Penitenciária Estadual do Seridó conta, hoje, com 75 agentes de vigilância e custódia — agentes penitenciários, sendo que 53 possuem segundo grau completo, e outros 22 têm o grau de ensino superior completo.

A figura do agente é sempre contestada; não parece angariar simpatia dos reclusos ou mesmo daqueles que têm algum contato com o ambiente prisional por ocasião de visitas esporádicas. Nesse contexto, o autor Muakad (1998, p.98) comenta: “Não há dúvidas de que alguns incorporam a imagem que em geral deles

se faz: sádicos, cruéis, impiedosos, sem um mínimo de sensibilidade para exercer a função que lhes foi confiada”.

Na verdade, nem todos os agentes penitenciários são sádicos, cruéis e impiedosos. Muitos deles sofrem, com o tempo, as influências deletérias do ambiente prisional. Sofrem o próprio fenômeno da prisionização. Segundo MIOTTO (1986), “vale repetir: é o pessoal que dá o tom. Se o pessoal não for bem preparado, devidamente formado, será difícil e até impossível operar-se a equilibrada conjugação daqueles mencionados aspectos do tratamento penitenciário”.

Outro ponto a ser destacado é o trabalho do agente prisional que é sempre marcado pelo eterno conflito estabelecido entre a responsabilidade de, por um lado, custodiar, vigiar, punir, e de outro lado, reeducar e ressocializar, já que se espera que o agente prisional também exerça o papel de um técnico, aconselhando, encaminhando, intervindo de forma científica.

Percebe-se, ainda, que os funcionários que atuam diretamente com a população atendida, eximem-se do preparo científico, ficando à margem do processo evolutivo da pena. Embora saibamos que sua missão principal é manter a ordem e a disciplina na prisão, enquanto não estiver também preparado para quaisquer problemas de diferente natureza que possam surgir, dificilmente conseguirá a compreensão do preso. Nesse sentido, o autor Leal (2001, p.97) relata:

Entre suas atribuições, está a preservação da ordem, da segurança e da Disciplina, cabendo-lhes, por exemplo, inspecionar as celas, fazer rondas periódicas, informar sobre as ocorrências em seu plantão, comunicar a chefia os seus pedidos que lhe são encaminhados, controlar as visitas externas, registrar as infrações e o comportamento dos presos, efetuar periodicamente sua contagem e exercer outras atividades correlatas.

No que tange a postura dos Agentes Penitenciários, frente ao Tratamento Penal no qual estão inseridos, nota-se a importância de se inserir uma boa dose de bom senso, análise crítica e os fundamentos teóricos, a fim de que os mesmos remetam à leitura dos fatos e da realidade no exercício de atividades correlatas, de forma correta e justa. Para isso precisa-se melhor compreender o que é uma instituição e seus efeitos. GOFFMAN (1988), em sua obra **Manicômios, Prisões e Conventos**, refere-se à “instituição total como um ambiente fechado ao mundo externo; seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação

social com um mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico.”

Nesse contexto Muakad (1998), evidencia a imperiosa

necessidade de se dar melhor preparo aos funcionários das prisões, dentro das novas bases da política penitenciária, tendo em vista que estes são elementos imprescindíveis, que participam ativamente na rotina da vida prisional, e que são peças importantes para a reinserção do condenado ao grupo social.

No que se refere aos efeitos causados pela instituição, percebe-se que os Agentes Penitenciários transferem para sua psique, suas vivências diárias do trabalho, suas intimidações, seus reflexos; estabelece-se, enfim, um “controle”, frente às tarefas mais elementares, apesar de seus erros, suas ansiedades geradas pela rotina; mutila-se o eu, rende-se às regras disciplinadoras conduzindo-os à ritualização. Seus processos cognitivos respondem com o ritual de forma clara, impedindo-se uma visão mais ampla, a reflexão de ações e atitudes, comprometendo-se com o imediato. É a contradição entre o discurso e as atitudes, gerando-nos mais frágeis a acomodação.

A acomodação é caracterizada por uma violência surda e velada, provocada pelos poderes paralelos tão presente em nossas instituições, exercendo suas funções de punição, esvaziando seus conteúdos, abortando seus conceitos. Na concepção de MUKAD (1998. p.39) a prisão impõe sofrimento ao condenado e que por sua vez reflete no temperamento, interesse e sentimentos pessoais dos funcionários da prisão. Por isso a importância de preparar os funcionários da Penitenciária Estadual do Seridó. Nesse sentido MUKAD (1998), afirma que:

guardas penitenciários são geralmente indivíduos despreparados. Não tem nenhum conhecimento de relações humanas, nem da psicologia do delinqüente. Percebendo salários insignificantes e tendo que lutar pela subsistência de uma família, são muitas vezes passível de suborno, o que também concorre para deteriorização da infra-estrutura do sistema penitenciário.

Esses princípios anulam o processo do tratamento penal e comprometem a saúde mental daqueles que estão à frente dos processos na condução e realização de sua execução. Os perfis abordados estão diretamente ligados à execução do tratamento penal.

Não somente os Agentes Penitenciários, mas também o pessoal administrativo reflete diretamente no tratamento penal. Nesse aspecto, novamente, MUKAD (1998), faz uma referência aos diretores afirmando que:

os próprios diretores, muitas vezes, não tem formação em criminologia ou psicologia, matérias de vital importância para atividade que ocupam. Poderão ter grandes qualidades, mas não para orientar a vida carcerária, muito menos apresentar elementos colaboradores para a recuperação do preso.

Contudo, para “tratar” os reclusos faz-se necessário um contingente de recursos e habilidades que integrados facilitarão os processos de ressocialização e reeducação dos mesmos. Para LEAL (2001, p.98), “o que constitui o caráter moderno de uma prisão não é o edifício nem o equipamento ou o cronograma bem riscado, mas a qualidade do pessoal que o administra”. Isso porque a preparação do contingente que exercerá o papel primordial de prestar segurança, impor o cumprimento das leis e das regras, aplicar a punição e vistoriar as ações para prevenções de eventos desleais ao convívio prisional, deve também assumir e como tal o caráter de um profissional que eduque para o princípio da ressocialização da comunidade encarcerada. Deve no dizer referido dá e se inserir no tratamento penal para uma boa diretriz de vida pós-prisão dos sujeitos que já estão pagando pelos seus erros.

Então, é dentro desse aspecto que se insere a proposta de um curso na modalidade à distância, com a temática do Tratamento Penal. Visto que se enquadra como uma poderosa ferramenta de recurso educacional e ressocializável.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, pretende-se demonstrar a coleta e a análise dos dados do curso a distância destinada aos Agentes Penitenciários lotados na Penitenciária Estadual do Seridó - PES.

Esse trabalho de conclusão de curso baseia-se numa abordagem bibliográfica e num estudo de campo. De acordo com a autora Prudêncio (2010, p.34) o Estudo de Campo “procura identificar características de um único grupo em termos de estrutura social, ressaltando a interação entre seus componentes”.

No tocante a abordagem bibliográfica, percebe-se que a temática “Tratamento Penal” dista desde épocas da antiguidade e, portanto, precisa cobrir uma gama de fenômenos, e concentrar os dados que estão dispersos. E tal fonte é composta por livros, revistas, periódicos, artigos, monografias, dentre outros.

Com relação a sua delimitação e descrição dos instrumentos e fontes escolhidas para a coleta de dados, utilizar-se-à aplicação de um questionário semi-estruturado há um número de 08 Agentes Penitenciários (lotados na Penitenciária Estadual do Seridó). Sendo que, as suas respostas serão identificadas pelas iniciais de seus nomes e sobrenomes, tais quais: JDS, FJS, MQO, GCMF, EMA, EGC, AA, GA. E o seu período de análise e coleta de dados deu-se entre os meses de janeiro e abril do corrente ano.

A escolha desse instrumento – o questionário – partiu de nossa inquietação acerca da coleta dos dados informativos que nos interessavam como elos primordiais na concretude deste trabalho. Reforça a autora Prudêncio (2010, p.41) que “o questionário é indicado quando o problema da pesquisa já foi de alguma forma discutida e há um consenso em torno das questões levantadas”. Assim, o Tratamento Penal dispõe de diversas legislações internacionais ou nacionais que discutem o tema, este referenciado em embasamentos teóricos e reflexões positivas e negativas que circundam o objeto de pesquisa de tal forma que lhe aproxima de uma dada verdade ou reconstrução intelectual sobre uma problemática. Para que haja o resultado é preciso manusear meios que traduzam respostas convincentes ao trabalho produtivo. .

No tocante à aplicação do questionário semi-estruturado, em anexo, obtive-se as seguintes informações:

Na primeira questão feita aos oito entrevistados sobre suas idades, eles afirmaram que se enquadravam entre 33 anos e 46 anos. Na concepção de MORAN (2007, p.125), “a educação em todos os níveis, será cada vez mais flexível, quanto mais adulto o aluno, mais flexível será o processo”. Observa-se, portanto, que o público-alvo em análise, dispõe de um grau de amadurecimento, favorecendo a característica de flexibilidade tanto para o processo de aprendizagem, quanto para a gestão de tempo e espaço presentes em um curso de EaD, tornando-se mais adequado para esta clientela. Vejamos abaixo o gráfico de organização da faixa etária dos nossos entrevistados.

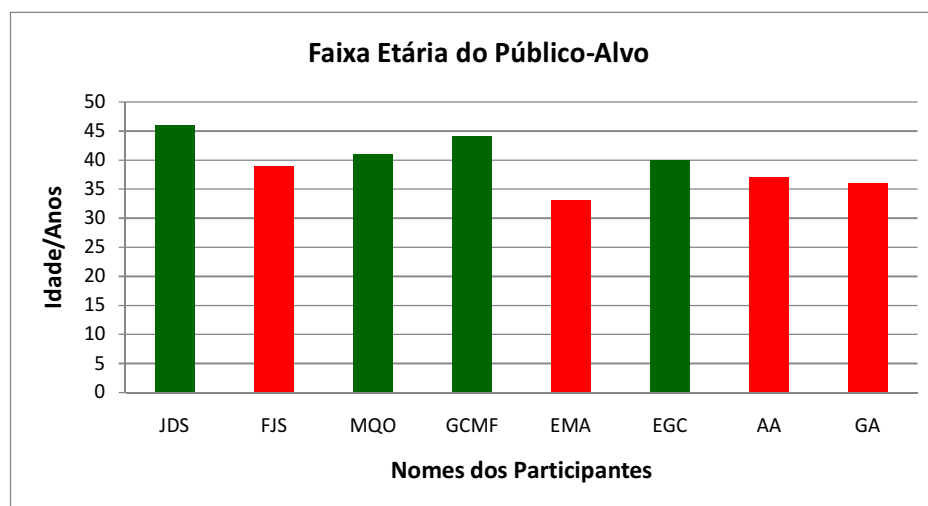


GRÁFICO 1 - Faixa Etária do Público-Alvo da PES.  
 FONTE: Gráfico da Primeira questão de nossa entrevista.

Na segunda questão sobre os níveis de escolaridade dos agentes, quatro entrevistados (MQO, GCMF, EMA e GA) relataram que têm nível superior e os outros quatro (JDS, FJS, EGC, e AA) que possuem nível médio. Os níveis de escolaridade representam a heterogeneidade de aprendizagens e a facilitação do processo de dialogicidade e de socialização dos envolvidos, que também são características de aplicações da EaD. Nessa perspectiva MORAN (2007, p.157) defende que “aprenderemos fazendo, em situações reais, interagindo com quem sabe mais, passando por diversas etapas de aprendizagem: do estágio inicial para o domínio básico, o domínio avançado e o de expertos”. Percebe-se que os graus de

escolaridade não interferem na prática de uma EaD. Vejamos os níveis de escolarização dos entrevistados no gráfico abaixo:

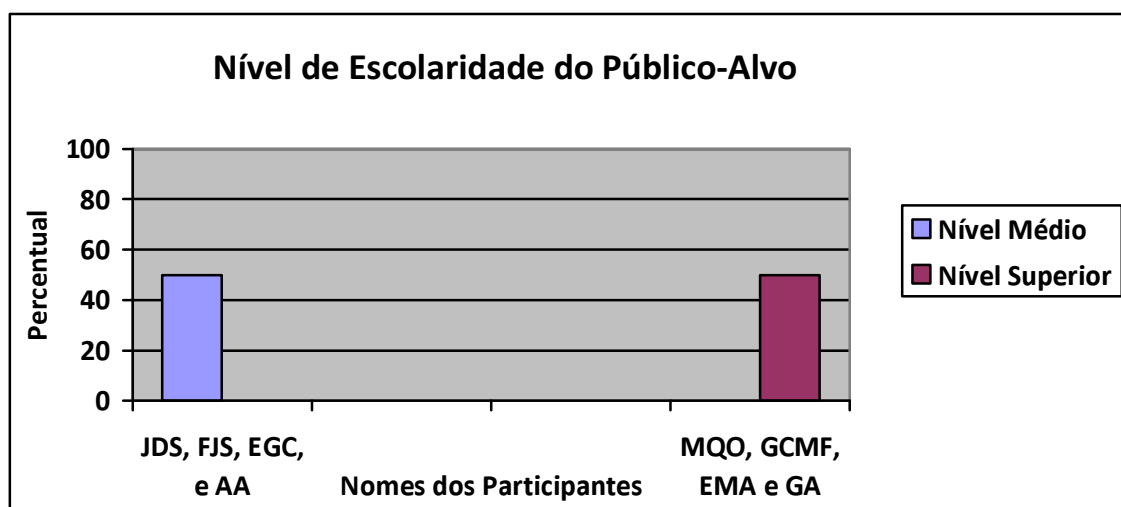


GRÁFICO 2 – Nível de Escolaridade do Público-Alvo da PES.  
 FONTE: Gráfico da Segunda questão de nossa entrevista.

O terceiro questionamento se deu sobre os municípios onde residem os entrevistados, e quatro entrevistados (JDS, EGC, GA e MQO) mencionaram que moravam na sua cidade de lotação, ou seja, na cidade onde eles trabalham. O restante dos entrevistados disse que moravam em cidades circunvizinhas à cidade de lotação. Nota-se, no entanto, que há pessoas dispersas na espacialidade, e um curso a distância apresenta-se como um meio de estruturação dessas pessoas numa unidade privada do lar ou numa dada sala de estudo presencial, só que virtualmente, sem restrição de hora ou local, tornando-se assim um contexto viável para implantação da EaD na Penitenciária Estadual do Seridó, já que potencializa a democratização e abertura das possibilidades entre os participantes. O gráfico abaixo mostra as cidades de estadias dos nossos entrevistados. Só na Cidade de Caicó, sede da Penitenciária Estadual do Seridó, reside quatro deles. Os outros se acham em cidades das redondezas caicoenses.

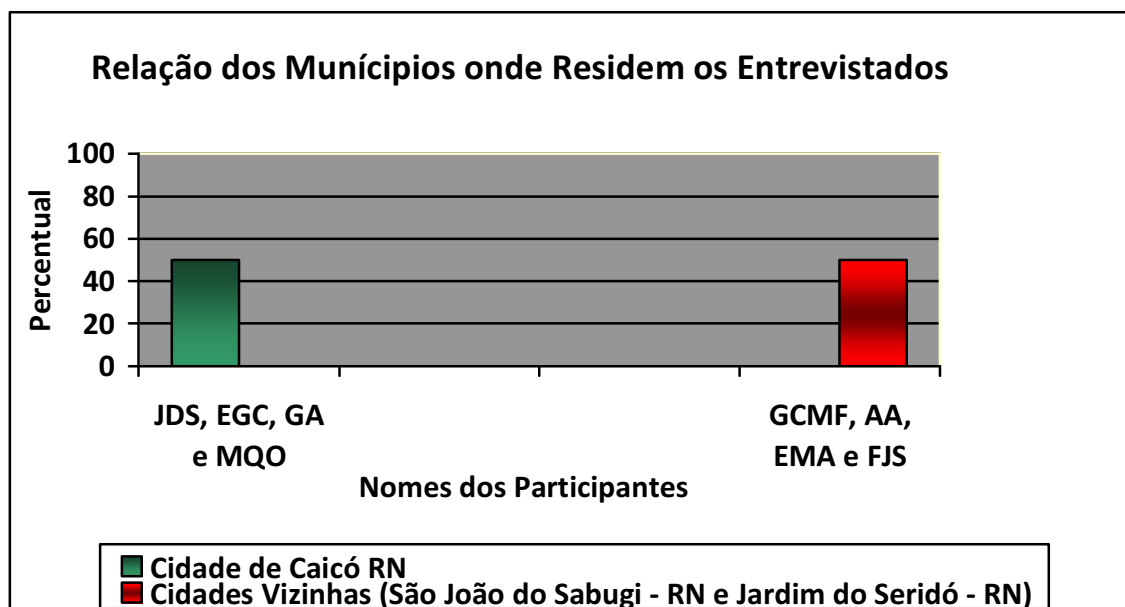


GRÁFICO 3 – Relação dos Municípios onde Residem os Entrevistados da PES.  
 FONTE: Gráfico da Terceira questão de nossa entrevista.

A quarta questão é relativa ao tempo e suas disponibilidades de horário semanal para participar de um curso a distância. Quatro entrevistados (FJS, GCMF, AA e EMA) disseram que podem participar de um curso a distância cerca de 5 horas por semana, dois entrevistados (EGC e GA) disseram que só podem 2 horas por semana e os outros dois entrevistados (JDS e MQO) que só podem apenas 1 hora por semana. De maneira geral, verifica-se que há disponibilidade e o interesse individual de cada entrevistado, proporcionando a democratização e a autonomia do sujeito ativo do processo de aprendizado, enquadrando-se também na característica espacial e temporal presentes na EaD. A seguir o gráfico que organizamos em torno das respostas deferidas:

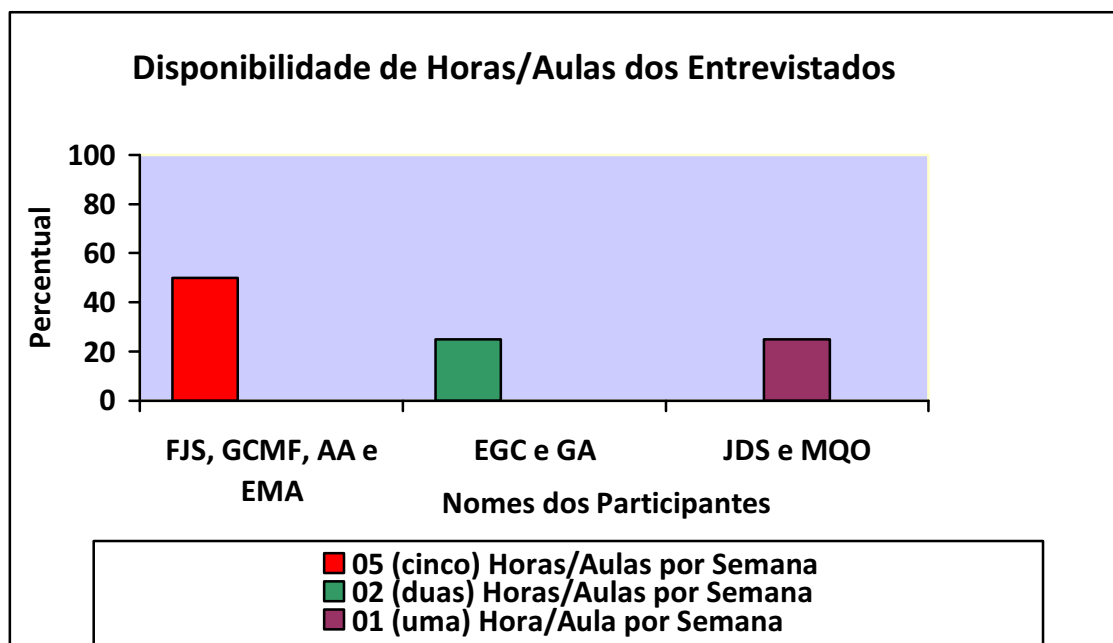


GRÁFICO 4 – Disponibilidade de Horas/Aulas dos Entrevistados da PES.  
 FONTE: Gráfico da Quarta questão de nossa entrevista.

A quinta questão enfatizou a capacidade de estudar individualmente, com orientações de um tutor ou uma tutora. Pelo menos seis entrevistados (FJS, GCMF, AA, GA, EGC e EMA) afirmaram que conseguem estudar sozinhos com orientações de tutoriais e dois (JDS e MQO) ratificaram que sentem dificuldades de auxílio interpretativo. Para MORAN (2007, p.91) “é importante que eles tenham ambientação tecnológica e pedagógica nos ambientes virtuais. Costumam haver uma grande desigualdade no acesso e domínio das tecnologias. Por isso, os que têm mais dificuldades precisam de maior atenção”. Outro fator a ser considerado nessa modalidade de EaD, é a possibilidade de realizar planejamentos, e preparar bons materiais, compatíveis com o perfil do aluno e da instituição, nos quais facilitam a aprendizagem e o trabalho do discente virtualizado. Esta é uma característica de individualização do processo de ensino e aprendizagem, na qual proporciona a cada estudante, atenção singular do professor ou tutor, no tempo e espaço de estudo selecionado pelo aluno. Em outras palavras, para haver o sucesso de uma EaD, é preciso que haja uma aceitação das possibilidades discentes e um amparo didático/pedagógico para tal fim. O acompanhamento docente é sem dúvidas nenhuma fundamental para que o aluno sinta-se a vontade na compreensão e no

aprendizado cursivo, mesmo sendo numa relação de distância proximal. O gráfico bem mostra, adiante, as disponibilidades de estudos numa dada EaD da PES.

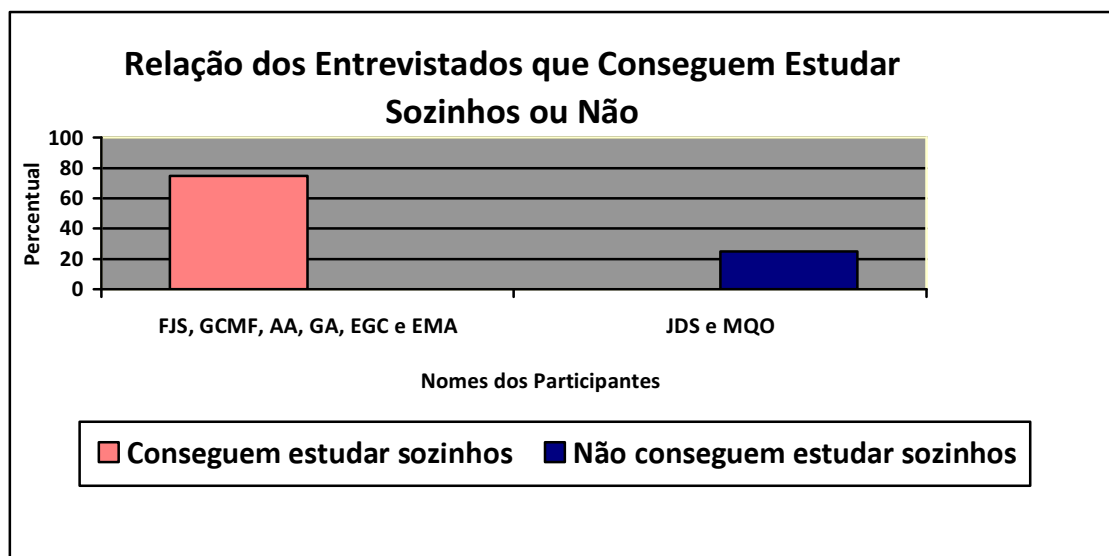


GRÁFICO 5 – Relação dos Entrevistados da PES que Conseguem Estudar Sozinhos ou Não.

FONTE: Gráfico da Quinta questão de nossa entrevista.

Sobre as atuações profissionais dos agentes no complexo prisional da PES, todos os entrevistados confirmaram na sexta questão que são servidores públicos estaduais e que trabalham no cargo de Agente Penitenciário. Sendo assim, enquadram-se no público-alvo do projeto político pedagógico em questão, ou seja, atuam na área do conhecimento específico em análise. Suas funções são adequadas a implantação de uma EaD. Não há, portanto, a elaboração e a execução de um curso a distância, se não houver tal demanda profissional. (ver gráfico abaixo):

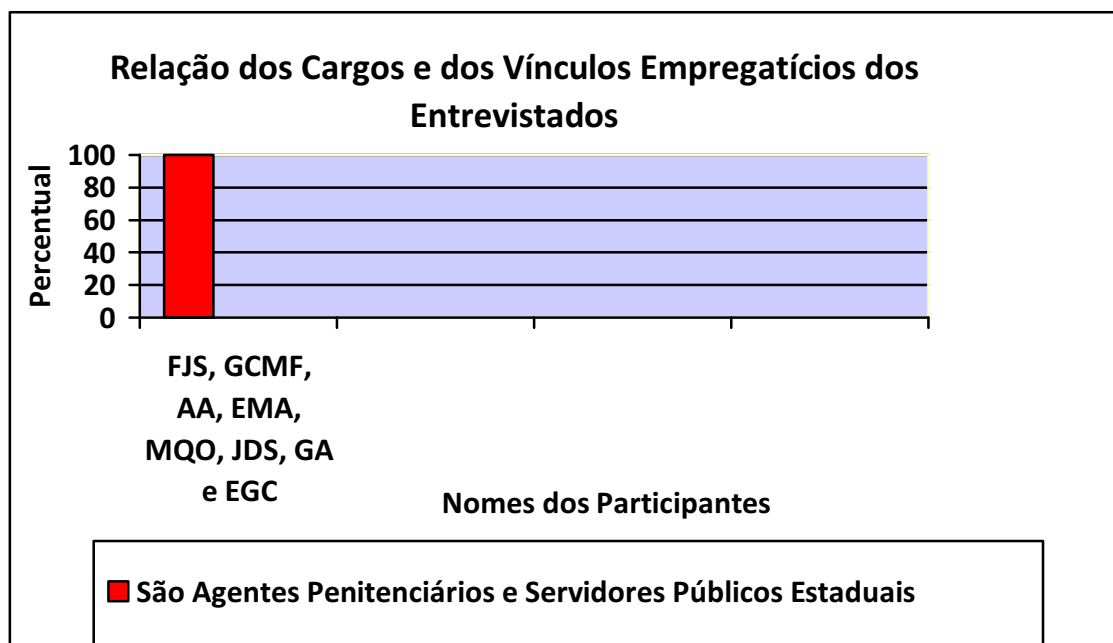


GRÁFICO 6 – Relação dos Cargos e dos Vínculos Empregatícios dos Entrevistados  
 FONTE: Gráfico da Sexta questão de nossa entrevista.

Dos interesses e expectativas em relação a um curso a distância, na sétima pergunta, todos os entrevistados (FJS, GCMF, AA, EMA, MQO, GA, JDS, GA e EGC) explicaram que os objetivos em participarem de um curso a distância são basicamente: a capacitação continuada e a flexibilidade de tempo e espaço.

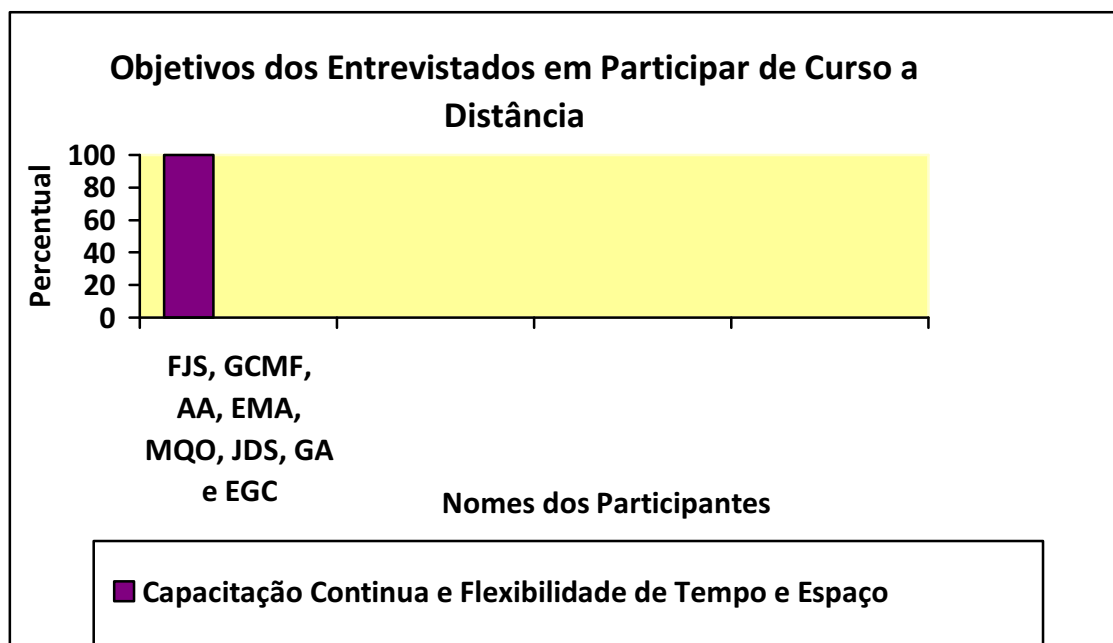


GRÁFICO 7 – Objetivos dos Entrevistados em Participar de Curso a Distância na PES.

FONTE: Gráfico da Sétima questão de nossa entrevista.

Na oitava questão para análise foi sobre os locais de acesso à tecnologia para cada agente nos seus próprios lares. Cerca de seis entrevistados (FJS, GCMF, AA, MQO, EGC e EMA) responderam que têm acesso em casa e dois entrevistados (JDS e GA) disseram que acessam a tecnologia nas Lan-Houses. Apesar de a globalização fazer com que a sociedade esteja cada vez mais conectada à internet, ela é ainda “um processo caro e desigual” que “levará algum tempo até termos condições de generalizá-lo, e a educação permanecerá ainda com forte viés presencial, o que dificulta mudanças profundas nas propostas educacionais” (MORAN: 2007, p.125). Vejamos o gráfico das respostas colhidas.

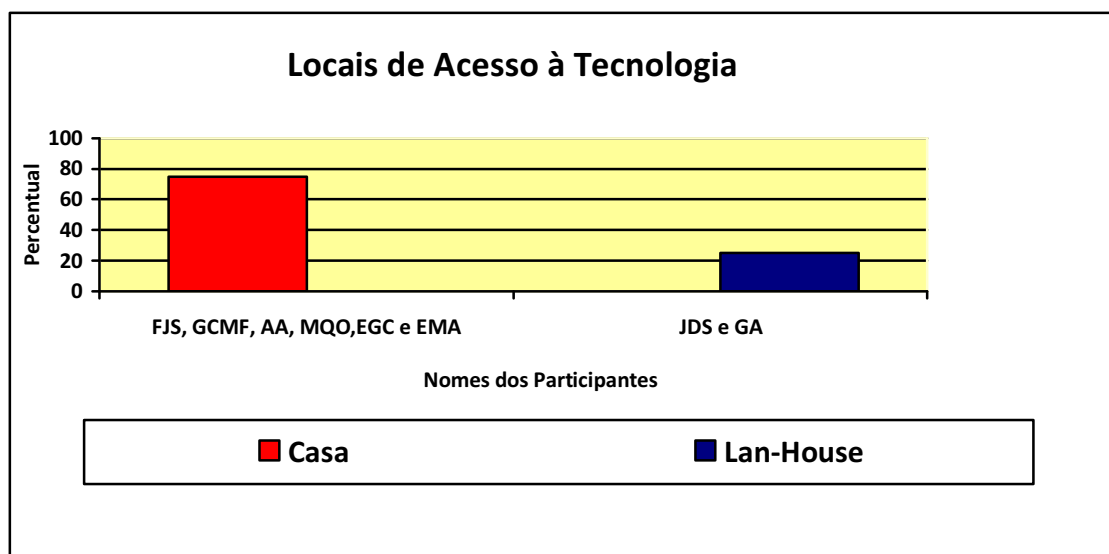


GRÁFICO 8 – Locais de Acesso à Tecnologia dos entrevistados da PES.

FONTE: Gráfico da Oitava questão de nossa entrevista.

A nona pergunta foi sobre os níveis de habilidades para o uso dos recursos e meios tecnológicos. Seis entrevistados (FJS, GCMF, AA, GA, EGC e EMA) indagaram que se enquadram no nível médio de habilidades para o uso dos recursos e meios tecnológicos e dois entrevistados (JDS e MQO) falaram que possuem nível mínimo de habilidades para esse fim. O gráfico adiante aponta os números de agentes com suas dadas respostas de precisão:

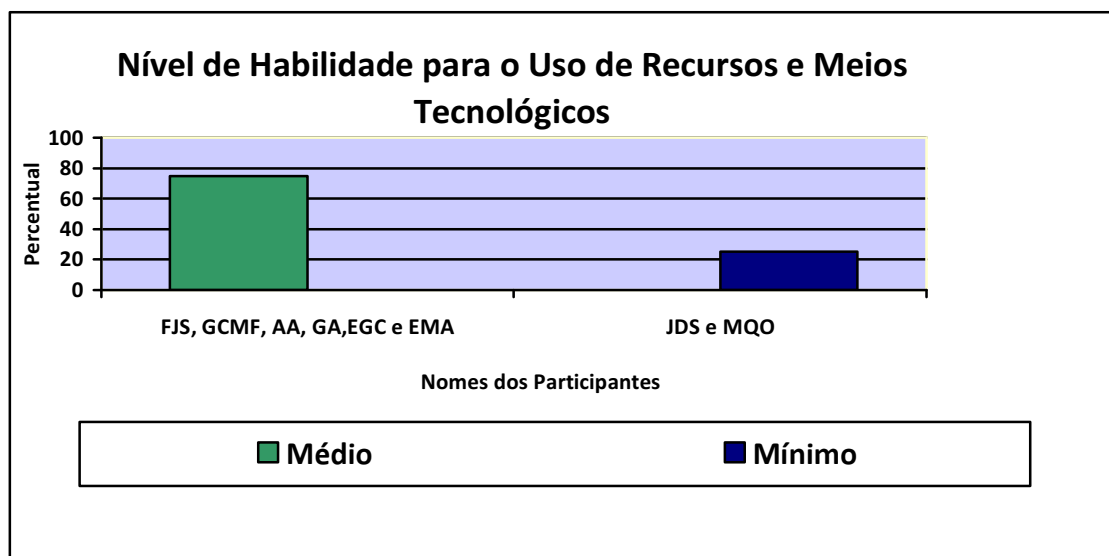


GRÁFICO 9 – Nível de Habilidade para o Uso de Recursos e Meios Tecnológicos  
 FONTE: Gráfico da Nona questão de nossa entrevista.

A última pergunta se fez no ramo da participação de todos os entrevistados num curso a distância, no caso com a temática “Tratamento Penal”. Todos os entrevistados (JDS, GA, MQO, EGC, GCMF, AA, EMA e FJS) disseram que gostariam muito de ter uma qualificação dessas para influir positivamente nas ações inerentes ao trabalho penitenciário. Esse questionamento mostrou que o público-alvo está aberto a mudanças, visto que se precisa “aprender a aperfeiçoar seus filtros mentais/emocionais, ouvir novas pessoas e não rejeitar de antemão informações discordantes, nem ficar na defensiva habitualmente” (MORAN: 2007 D, p.150). Isso se aproxima de outra característica da EaD que é o construcionismo contextualizado, pois sugere estudos que abordem contextos da realidade da pessoa e do local, independente ou não da disponibilidade discente.

Nesse entendimento, os cursos de capacitação a distância possibilitam “mapear nossa percepção: como somos, como agimos, e como reagimos diante de diversas situações; o que fazemos bem e com facilidade e o que nos custa; quais são os nossos dons e talentos, e quais são os nossos defeitos e problemas”. (MORAN: 2007 D).

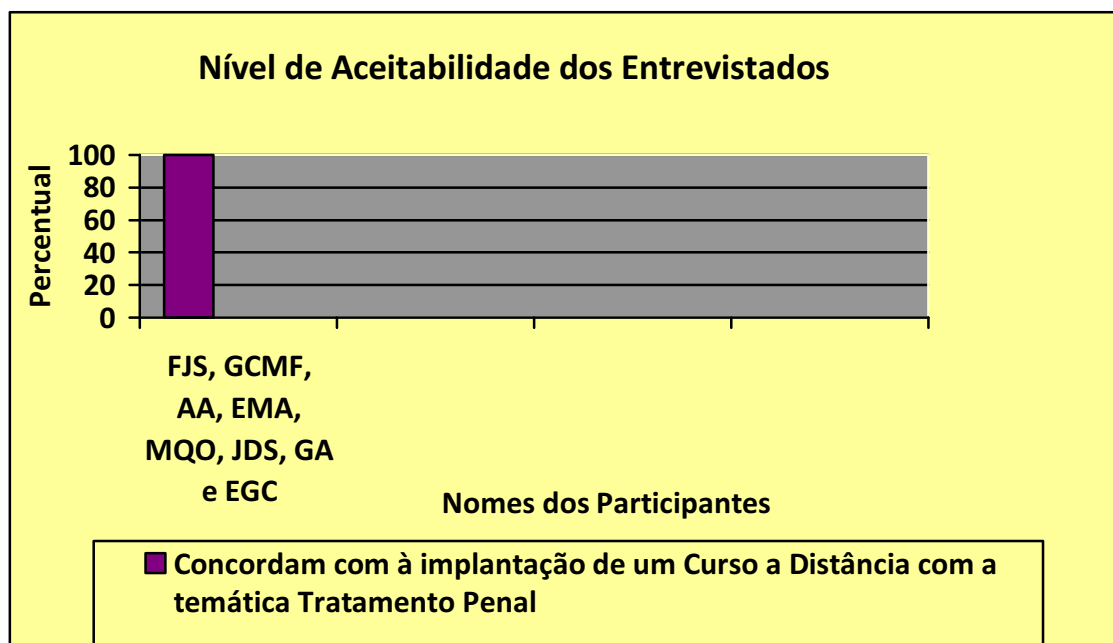


GRÁFICO 10 – Nível de Aceitabilidade dos Entrevistados da PES em relação a a implantação de um Curso a Distância com a Temática Tratamento Penal.

FONTE: Gráfico da Décima questão de nossa entrevista.

## 5. PLANEJAMENTO DO CURSO A DISTÂNCIA

Outro ponto importante a ser considerado para se estruturar um curso na modalidade à distância, é a elaboração de uma ficha técnica do curso. Tal procedimento faz-se necessário através da junção de vários elementos, tais como: a identificação, a justificativa, os objetivos, o contexto, como também o perfil do público-alvo que se pretendem alcançar. Esses elementos servem para definir a metodologia, a fundamentação teórica, bem como a elaboração do material didático.

Os resultados da coleta dos dados da ficha técnica do curso foram:

**1- Identificação:** Penitenciária Estadual do Seridó - PES.

**1.1 - Nome do Curso:** Tratamento Penal: uma proposta na modalidade de educação a distância na Penitenciária Estadual do Seridó- PES.

**1.2 - Público-Alvo:** Agentes Penitenciários.

**1.3 - Forma de Divulgação do Curso:** [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

**1.4 - Instituição Executora:** Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Dados de contato: (84) 3232-2473.

**1.5 - Coordenação:**

Coordenador: Especialista em EaD.

Dados de contato: (84)99292235.

**1.6 - Local de Realização do Curso:** Sala Virtual com Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) via internet, e na modalidade a distância, disponibilizado pela SENASP.

**1.7 - Período de Funcionamento do Curso:**

Data de início: 01 de outubro de 2011.

Data de término: 30 de outubro de 2011.

Duração do Curso: 30 dias.

**1.8 - Número de vagas:** 25.

Número de turmas: 01.

**1.9 - Inscrição, Seleção e Matrícula:**

Cronograma de inscrição, seleção e matrícula serão realizados 03 ciclo anuais divulgados por meio do site do SENASP.

Forma de inscrição: online por meio do site <http://senaspead.ip.tv> .

Critérios de seleção: Servidores Públicos da Área de Segurança.

Procedimentos de matrícula: Acesso ao site e preenchimento dos dados pessoais.

### 1.10 - Grade Curricular (relação de Módulos/Unidades/Disciplinas):

Conteúdo Programático do Curso Online através da utilização da mídia audiovisual no contexto prisional:

- Evolução das Penas;
- Dispositivos legais que amparam o Tratamento Penal;
- Tratamento Penal;
- Reintegração social;

### 1.11 - Cronogramas:

Trâmite do projeto para aprovação pela Instituição:

PERIODO	OUT/2011	NOV/2011	DEZ/2011	JAN/2012	FEV/2012	MAR/2012
Capacitação das Equipes	X					
Produção de Material Didático		X	X	X		
Seleção de Tutores					X	
Seleção de Alunos					X	
Cronograma do Curso						X

### 1.12 - Sistema de Avaliação:

Frequência: A frequência será contabilizada pelo número de vezes que o aluno visitar o ambiente virtual, bem como pelo tempo que permanecerá conectado ao ambiente.

Notas e médias para aprovação: O curso será de 40h e possui uma Avaliação Online (10 questões objetivas) com 60 pontos e 04 fóruns Reflexivos (liberado a cada semana do curso) com 10 pontos para cada acerto de fórum, na média final. O estudo do conteúdo e a prova deverão ser realizados até a data de término oficial do curso. O estudo do conteúdo, o envio da prova e as atividades deverão ser realizadas até a data de término oficial de seu curso. Os aprovados são aqueles que obtiverem média superior a sessenta por cento no resultado final.

Recuperação de estudos: disponibilizará uma prova online para os alunos que obtiverem média inferior a 6,0 pontos.

### **1.13 - Critérios para Obtenção de Certificados:**

O envio do certificado para os aprovados varia de 15 (quinze) a 20 (vinte) dias após o término oficial do curso. Nossos certificados serão registrados internamente, e em seu verso descrevemos o conteúdo programático, número de registro, CNPJ da instituição e assinatura do responsável pelo registro. Os certificados possuirão um selo de qualidade. São impressos em papel especial e enviados dentro de um canudo, para que não haja imprevistos, tais como rasuras ou avarias. É enviado, via correios, como carta registrada. Os aprovados são os alunos que obtiverem desempenho igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no resultado final. Abaixo desta média, ou não realizando a prova e as atividades em tempo hábil, não será concedido o certificado.

### **2 – Justificativa:**

O Curso de Capacitação dos agentes a ser aplicado na Penitenciária Estadual do Seridó, com o tema “Tratamento Penal”, busca capacitar o profissional que atua no sistema penitenciário para refletir acerca da atual situação social e nela possa intervir num aspecto democrático de ação, respeito e disciplina da privação, oportunizando conhecer e utilizar técnicas que auxiliem os seus procedimentos habituais e de tomada de decisão, mediação de conflitos ou gerenciamento de crise, com ênfase no processo de negociação, administração e resolução não violenta de conflitos interpessoais, motins, rebeliões e demais incidentes prisionais.

### **3 – Objetivos:**

#### **3.1 - Objetivo Geral:**

Oferecer aos Agentes Penitenciários uma prática constante de atualização de suas ações cotidianas frente aos detentos da Penitenciária Estadual do Seridó, buscando contribuir com a propagação dos direitos democráticos dos cidadãos, mesmo sendo estes privados de sua liberdade e inseridos num ambiente que tem por lema ressocializar, e por conseguinte receber o Tratamento Penal, partindo de uma EaD (Educação a Distância).

#### **3.2 - Objetivos específicos:**

- Desenvolver uma reflexão e uma atuação positiva sobre a temática do Tratamento Penal;
- Articular a realidade prisional a temática do Tratamento Penal.

#### **4 - Propostas metodológicas:**

Utilizando diversos recursos disponíveis em tecnologia, para promover uma maior interação de seus participantes com a sociedade em que está inserida. Através da utilização de educação à distância, mediada pela internet, como fonte de interação e comunicação, do computador, como recurso pedagógico, oportunizando uma melhor interação entre teoria e prática. Desenvolvendo, também a estimulação da troca de correspondência eletrônica (tutor X participante), atividades complementares e uso de objetos de aprendizagem.

##### **4.1 - Materiais didáticos:**

Multimídia(s): texto em PDF, CD-ROM, vídeo, internet e computador. Guias e tutoriais a serem elaborados. Será elaborado um manual do aluno do qual explicará desde as tarefas, avaliações e como deverá usar o ambiente virtual.

##### **4.2 - Sistema de comunicação:**

Recursos tecnológicos e mídias:

- Conteúdo disponível em PDF;
- Ferramentas de Apoio ao Tutor para Avaliação do Aprendizado;
- Objetos de Aprendizagem complementares;
- Diário de Bordo para anotações;
- Mural de Recados;
- Percentual de Desempenho de andamento do curso;
- Fórum de Discussão;
- Prova On-line para o aluno se programar;
- Bate-Papo da Sala de Aula Virtual;
- Conteúdo disponível On-line com Exercícios de Fixação;
- Tutor Especializado Disponível;
- Encontros presenciais: 01 por ciclo e com seleção mínima e aleatória de 01 aluno por região.

Local/locais de realização: a ser definida pela Secretaria de Estado, da Justiça, do Trabalho e da Cidadania (SEJUC).

##### **4.3 - Equipe:**

Número de professores-autores ou conteudistas: 03.

Número de professores responsáveis por Módulos/Unidades/Disciplinas: 03.

Número de tutores: 02.

Equipe técnico-administrativa:

Tal equipe será disponibilizada pela a Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional dos quais disponibilizarão todas as equipes técnicas e multidisciplinares.

Cursos, Oficinas, Reuniões para Capacitação das Equipes:

As reuniões serão realizadas trimestralmente em Natal com professores, tutores, gestores e técnicos administrativos da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

#### **4.4 - Avaliação:**

Avaliação da aprendizagem: participação em 04 fóruns: cada um valendo 10 pontos e uma avaliação on-line valendo 60 pontos.

- Tipos de atividades: leitura dos módulos, participação de chats, fóruns, avaliação objetiva dos conteúdos e avaliação de satisfação do curso.

- Frequência: 75%.

- Critérios para aprovação: obter média superior ou igual a 6,0 pontos no resultado final somando as provas e os fóruns.

- Critérios para obtenção de certificados: obter média superior ou igual a 6,0 pontos no resultado final somando as provas e os fóruns.

- Critérios de reprovação: obter média inferior a 60% do resultado final.

Avaliação do Curso:

Será disponibilizada, no ambiente virtual, uma avaliação de satisfação contendo 30 perguntas objetivas, acerca do conteúdo, da organização do curso e sobre a gestão da tutoria e da gestão administrativa.

**4.5 – Infraestrutura:** 01 Sala (6m x 4,5m); 10 computadores ; 11 mesas com cadeiras; 10 estabilizadores; 01 modem; 01 roteador; link de banda larga (internet); 01 Impressora Multifuncional HP; 01 quadro branco; 01 TV de 20”; 01 aparelho DVD; e 01 raque de parede (para TV e DVD).

#### **4.6 - Informações complementares:**

O projeto do curso bem como o seu planejamento será apresentado às seguintes instituições: Escola do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, MEC, Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Justiça e Cidadania como forma de obter apoio para implementação do referido curso.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebe-se que muitas unidades prisionais do Brasil estão necessitando de viabilidades em torno de cursos de preparação do contingente responsável pela custódia de indivíduos privados de sua liberdade, pois, na maioria das vezes sofrem ações desumanas ou de seus colegas de cela, ou dos próprios Agentes Penitenciários, os distanciando da preservação da imagem humana. Assim como, vale salientar que certa parte desses servidores públicos trata os detentos como se fossem a escória da sociedade, sem nenhuma capacidade de reeducá-los para uma ressocialização.

Sabe-se, também, que somente a oferta de cursos de capacitação aos Agentes Penitenciários, na modalidade a distância, não é suficiente para transformar o ambiente de trabalho numa condição humanizada. Dessa forma, e baseado em nossas entrevistas e análises de dados, faz-se necessário à criação de um sistema de atendimento diferenciado para os Agentes de Segurança Penitenciária. Sistema este, que objetive não só atender aos aspectos formadores, mas especialmente, que cuide dos efeitos, em termos de saúde mental, desses profissionais, resultantes do trabalho em instituições - como as prisões.

Dessa maneira, a pretensão de implantação de um curso na modalidade a distância, com o tema “Tratamento Penal” é de fundamental importância no contexto da Penitenciária Estadual do Seridó, visando por meio de recursos tecnológicos e reflexivos, inserir o servidor público prisional dentro de um universo de reorganização de sua educação moral, ética e cidadã para uma tarefa humanizadora com os detentos.

No entanto, o surgimento dessa perspectiva de educação a distância dentro da referida penitenciária tornar-se-á uma forma viável de minimizar os efeitos causados pelo fenômeno da prisionização, mencionados em capítulo anterior. Visto que, representa não só um espaço privilegiado de interação e de aprendizagem (AVA), mas um momento de reeducação humana tanto para o aspecto emocional (angústias, ansiedades, medos e experiências), quanto para o aspecto educacional (conceitos, princípios, normas e regras). Contribuindo, paralelamente, para que o processo de ensino e aprendizagem de EaD não seja falho, já que 25% dos

entrevistados da PES, ou sentem dificuldades com uso de recursos tecnológicos, ou não possuem computadores, ou não conseguem estudar sozinhos.

Enfim, não há como pensar na redução da violência no interior das unidades prisionais, sem que se volte à atenção para os Agentes Penitenciários e para suas necessidades reais de reeducação, profissionalização e cultura. É imprescindível que ocorra às parcerias entre diversos órgãos, tais como: Escola do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria de Justiça e Cidadania, MEC, MJ, Departamento Penitenciário Nacional, e Secretaria Nacional de Segurança Pública como forma de obter apoio para implementação do referido curso a distância, além de possibilitar a educação permanentemente continuada.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO (INSTRUMENTO DE PESQUISA DE PÚBLICO-ALVO).....	47
--	----

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO (INSTRUMENTO DE PESQUISA DE PÚBLICO-ALVO)



Ministério da Educação - MEC  
Universidade Federal do Paraná - UFPR  
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenação de Integração de Políticas de  
Educação a Distância - CIPEAD



Prezado aluno,

O questionário a seguir, composto por 10 quesitos, servirá de diagnóstico de demanda para elaboração de um Curso a Distância, no formato de pergunta/resposta, e visa potencializar as ações educacionais com flexibilidade de tempo e espaço, e o uso de meios audiovisuais adequados às características do aluno e ao projeto político pedagógico da Instituição.

### **Questionário Semi- Estruturado (Instrumento de Pesquisa de Público-Alvo)**

1. Qual a sua idade?

Resposta: .....

2. Qual o seu nível de escolaridade?

Resposta: .....

3. Qual o município onde você mora?

Resposta: .....

4. Qual a sua disponibilidade de horário semanal para participar de um curso a distância?

Resposta: .....

5. Você consegue estudar sozinho, com orientações de um tutor (a)?

Resposta: .....

6. Qual a sua atuação profissional?

Resposta: .....

7. Quais os seus interesses e expectativas em relação a um curso a distância?

Resposta:  
.....

8. Você tem acesso à tecnologia em casa, no trabalho ou na Lan-House ou em ambos?

Resposta: .....

9. Qual o seu nível de habilidade para o uso dos recursos e meios tecnológicos: mínimo, médio ou máximo?

Resposta: .....

10. Você gostaria de participar de um curso a distância com a temática "Tratamento Penal"?

Resposta: .....

## REFERÊNCIAS:

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

ARETIO, Lorenzo García. **La Educación a Distancia: de la teoría a la práctica**. Barcelona: Ariel, 2001.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça**. Passo Fundo: Berthier, 2004.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Instituto de Criminologia, 1999.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Gulbenkian: Serviço de Educação Fundação Calouste, 1998. (tradução José de Faria Costa).

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Matriz curricular nacional para educação em serviços penitenciários**. Brasília: MJ/DEPEN, 2009. Disponível em: [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ85F7D97EITEMIDEFDC57D6...](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ85F7D97EITEMIDEFDC57D6...) Acesso em: 11 Ago. 2010.

BRASIL. **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras**. Brasília: UNESCO: Governo Japonês, Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL, Decreto – Lei 7210, de 11 de julho de 1984. **Execução penal**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 13 de julho de 1984.

CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

COYLE, Andrew. **Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos**. Manual para servidores penitenciários. Londres: Internacional Centre for Prison Studies, 2002.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2003. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI).

FALCONI, Romeu. **Sistema presidial: reinserção social?** São Paulo: Ícone, 1998.

FERRI, E. [1923] **Delinqüente e Responsabilidade Penal**. São Paulo, Rideel, 2006 (Biblioteca Clássica).(tradução F. Lobo).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. (tradução Roberto Machado).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (tradução Raquel Ramalhete).

FERREIRA, Edson R. **Prisões. Presos. Agentes de segurança penitenciária. Direitos humanos.** São Paulo: Loyola (s/d.)

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1988.

LEAL, César Barros. **Prisão: Crepúsculo de Uma Era.** Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2001.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> .

MIOTTO, A. B. **O Pessoal das Prisões e os Presos.** Brasília: Revista de Informação Legislativa, 1986.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Uma visão integrada.** São Paulo: Thompson Learning, 2007. (tradução Roberto Galman).

MORAES, Maria Cândida; PESCE, Lucila; BRUNO, Adriana Rocha (orgs.). **Pesquisando fundamentos para novas práticas na educação online.** São Paulo: RG Editores, 2008.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** Campinas/São Paulo: Papirus 2007.

MORAN, José Manuel. **Desafios na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica.** 3.ed.São Paulo: Paulinas, 2007.

MIRABETE, J. F. **Execução Penal.** São Paulo: Atlas, 1987.

MUAKAD, Irene Batista. **Prisão albergue.** São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, O. M. **Prisão: um paradoxo social.** Florianópolis/Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.) **Educação escolar entre as grades.** São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PASCOAL, Alejandra; FERREIRA, Edson Raimundo; SILVA, José Ribamar da. et. al. **APOSTILA ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E TRATAMENTO PENAL.** Academia de Polícia Civil, Taguatinga/DF, 2000.

PIMENTEL, Manoel Pedro. **Prisões fechadas, prisões abertas.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

PRUDÊNCIO, Kelly. **APOSTILA METODOLOGIA DE PESQUISA**. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2010.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Ministério da Justiça – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Regras Mínimas para o tratamento do preso no Brasil** – Brasília, 1994 .

SÁ, Alvino Augusto (org). Criminologia, penologia e vitimologia. Brasília, 2004. **Departamento Penitenciário Nacional**: Programa Nacional de capacitação do servidor penitenciário.

SÁ, Matilde Maria Gonçalves de. **O egresso do sistema prisional no Brasil**. São Paulo: PALISTANAJUR LTDA, 2004.

SANTOS, Iran; QUIRINO NETO, Virgílio. **O cárcere no Seridó**: da cadeia velha ao Pereirão (XIX-XX). Monografia. Campus de Caicó. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.

SCHERER, Suely. **APOSTILA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA EM EAD**. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2010.

SENNETH, R. **A Corrosão do Caráter** São Paulo: Record, 1999.

SILVA, Manoel da Conceição. **Reeducação Presidiária**: a porta de saída do sistema carcerário: Canoas: Ed. ULBRA, 2003

SILVA, Maria da Conceição Valença da. **A prática docente de EJA**: o caso da Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru. Recife/PE: Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006.

THOMPSON, A. F. G. **A Questão Penitenciária**. Petrópolis, Vozes, 1976.

VALENTE, José Armando; BUSTAMANTE, Silvia Branco Vidal (orgs.). **Educação a Distância**: Prática e Formação do Profissional Reflexivo. São Paulo: Avercamp, 2009.